

8 NOV 1964

# Crise e alternativa

A Comissão de Sistematização da Constituinte decide finalmente no próximo dia 15, um domingo, a duração do mandato do presidente Sarney. Segundo a estimativa dos principais líderes partidários, o mandato de quatro anos já teria o apoio de 46 dos 93 membros da Comissão, enquanto pelo menos oito constituintes ainda permaneceriam na posição de indecisos. A basear-se nesses números, a aprovação do mandato de quatro anos estaria dependendo apenas de um voto, a ser conquistado entre os indecisos. É certo que a decisão não terá caráter definitivo, mas já revelaria, de qualquer forma, uma tendência que poderá confirmar-se durante a votação em plenário.

Revelou o presidente Sarney na última sexta-feira, em verdadeiro desabafo, não acreditar que a Comissão de Sistematização vá reduzir o seu mandato. Porém, na mesma oportunidade, ele não poupou críticas ao PMDB e aos diversos segmentos da sociedade que vêm combatendo o seu Governo. "Eu nunca tive um dia de tranquilidade política", reconheceu o Presidente, como a prever que o quadro de instabi-

lidade política tende a se agravar na medida em que aguçam as dificuldades econômicas.

Os primeiros sinais dessa "crise" política puderam ser sentidos na mesma sexta-feira, quando se tornaram conhecidos os termos do acordo firmado pelo Brasil com os bancos credores privados. Algumas das figuras mais influentes do PMDB, como os senadores Severo Gomes e Fernando Henrique, apressaram-se em criticar a excessiva concessão do Governo brasileiro, que se comprometera a suspender gradualmente a moratória e a aceitar as regras do Fundo Monetário Internacional. O PMDB considerou em princípio "inaceitável" os termos do acordo e revelou apreensão quanto à eficácia da política de controle de preços, ameaçada pela posição cada vez mais desafiadora dos grandes grupos econômicos.

Líderes de expressão do PMDB e da Frente Liberal começaram a conversar, nos últimos dias, sobre a gravidade da situação econômica e suas implicações na política. Nessas conversas, fala-se abertamente de uma inflação que deverá atingir os dois dígitos já neste mês de

novembro, podendo atingir os 20 por cento em janeiro do ano que vem. Tal quadro de hiperinflação levaria o Governo a recorrer, novamente, ao desgastado congelamento de preços, sem perspectivas seguras de que a economia doente será capaz de resistir a novo choque. Restaria ao presidente Sarney, como alternativa, encontrar uma saída política que passaria, necessariamente, pela convocação de eleições presidenciais em novembro do ano que vem.

Políticos ligados ao presidente Sarney não descartam, de fato, essa possibilidade, na hipótese de o Governo se sentir acusado pelas forças políticas que o apóiam (?) e sem condições objetivas de seguir gerenciando a política econômica. O apelo do ministro Aureliano Chaves, no sentido de que a transição política seja abreviada, e o próprio desabafo do presidente da República em Belo Horizonte, já seriam sintomáticos dessa nova realidade. A convocação de eleições presidenciais (ou gerais) no ano que vem deixa de ser uma proposta radical para se apresentar como alternativa capaz de garantir a estabilidade da transição.